

A DESTRUIÇÃO E A SOBREVIVÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE ARQUIVO E SEUS IMPACTOS NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Shirley Carvalhêdo Franco¹, Georgete Medleg Rodrigues²;

Comunicação

Palavras chave: Arquivologia; destruição; documento de arquivo; escrita da História; Noção de Ramificação.

RESUMO: A história evidencia inúmeros casos de tentativa de apagamento do passado, seja pela destruição intencional e voluntária de documentos com valor probatório, configurando crime grave contra o patrimônio documental das nações, seja por força de legislação editadas por governos com o propósito de impedir ou adiar o acesso a arquivos classificados como secretos, instituindo prazos indefinidos para o acesso a esses tipos de documentos. Outra forma de cercear o acesso aos arquivos sobre temas considerados “sensíveis” é o ocultamento de documentos que poderiam servir de prova de crimes cometidos durante um determinado período histórico. A literatura sobre a destruição de documentos de arquivo revela problemas de diversas naturezas denunciando um padrão de tentativa de apagamento da escrita da História visando ocultar ações ilegais, inconstitucionais e criminosas. Sendo uma fonte primária, probatória de atos, os documentos de arquivo são sempre trazidos ao cenário histórico por sua materialidade, a sua existência tendo o poder de comprovar o fato ocorrido. Esse artigo busca alertar os estudiosos da área de Arquivologia sobre a importância da análise das tentativas de destruição dos documentos de arquivo, e possível ausência documental, como aspecto sinalizador e/ou indicativo sobre os autores e suas intenções de “apagar” uma escrita da História. Expõe algumas experiências nacionais e internacionais que iluminam o tema por meio de diferentes casos, os impactos causados na história e na memória social decorrentes do “calar” temporário ou definitivo de documentos recebidos ou produzidos nas atividades da administração pública ou privada. Além da pesquisa e análise das produções científicas e bibliográficas sobre matéria da destruição de documentos de arquivo, também foram analisados documentos produzidos por órgãos oficiais, disponíveis na internet. Com base na noção arquivística de ramificação, também como instrumento metodológico, conclui-se que dificilmente todos os documentos derivados ou relacionados às ações de estado podem “desaparecer” das instituições onde foram produzidos e/ou circularam e que esta noção pode auxiliar, enquanto método, na cartografia dos documentos de arquivo que sobreviveram, apesar das afirmações em contrário dos governos, demonstrando o potencial dessas fontes para a leitura do passado.

¹ 0000-0002-0027-9182, Professora da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil, shirley.carvalhedo@gmail.com

² 0000-0002-6446-6171, Professora do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, UnB, Brasília medleg.georgete@gmail.com